O problema do método: limite ou expansão em ciências humanas*

FRANCO LO PRESTI SEMINÉRIO**

Após breve avaliação da atual polêmica acerca do método em psicologia e em ciências humanas — à luz da perspectiva "anárquica" de Feyerabend e do período pós-crítico que se seguiu às teses de Popper e Kuhn — analisa-se o sentido dos principais métodos utilizados ou utilizáveis em psicologia. Dez métodos são discutidos: o psicofísico, o psicofisiológico, o diferencial, o objetivo, o introspectivo, o histórico-existencial, o profundo, o estrutural-holista, o genético-evolutivo e o social. Cada método é analisado como um feixe de regras que dirigem a práxis do cientista visando isolar um determinado segmento do real. Tenta-se aquilatar também a interação entre métodos e teorias. Uma intra-estrutura de base fenomenológica permite visualizar cada método como recorte de um específico *eidos* da realidade que predetermina, em cada caso, o tipo de variações a serem imaginariamente previstas.

Numa obra incisiva, Feyerabend (1977) leva a extremas conseqüências a revolução epistemológica iniciada através do racionalismo crítico de Popper (1975) a partir de 1935 e desenvolvida através de etapas progressivas por Kuhn (1982, 1977) em 1963 e 1969 e Lakatos (1979). Por esse caminho, a marcha se fora iniciada com Descartes para elevar o método e que alcançaria no neopotitivismo seu ponto culminante chega hoje ao seu declínio através da obra *Against method,* cujo subtítulo define a proposta do autor: Esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento. É bem verdade que ao longo da obra ele não elimina a necessidade de algum método para se construir a ciência. O que ele se propõe demolir é o conformismo de certas regras que atuam, ainda hoje, como um código inflexível na determinação do método científico; das regras tirânicas que obrigam o cientista a validar suas proposições segundo um ritual oficializado, apto a demarcar a fronteira entre ciência e não-ciência.

* Artigo entregue à Redação em 29.12.85.
** Diretor do ISOP. Professor titular no Instituto de Psicologia da UFRJ. (Endereço do autor: Rua da Candelária, 6 — 3.° andar).

Embora Feyerabend se detenha basicamente em problemas da física, a crítica nos parece ainda mais atual quando transporta para o campo das ciências e, em particular, da psicologia.

Cabe de imediato observar que, neste âmbito, outra revolução já está em marcha, há mais de três décadas. Uma revolução epistemológica cujos efeitos ultrapassaram de longe o problema do método, para colocar abertamente em cheque o problema do objeto das ciências sociais, chegando-se por várias vezes a contestar a cientificidade da psicologia, em termos atuais e até potenciais.

Mas é exatamente nesse ponto que uma reavaliação e uma abertura das perspectivas metodológicas poderia, em nosso entender, recolocar em novas bases esse mesmo problema. De fato, se analisarmos de perto essas críticas veremos que, na maioria dos casos, admitem indiretamente o postulado da universalidade de certo método que passa *ipso facto* a identificar a psicologia com a "ciência do comportamento".

Estará, então, sendo atingida nessa postura toda e qualquer possibilidade de se construir um saber psicológico? É o que procuraremos analisar, visando mostrar que não há apenas um método científico em psicologia, uma vez que a cada diretriz metodológica poderia corresponder uma forma de orientar a construção científica. Mas, nesta hipótese, as diferenças entre tais modalidades de métodos poderiam ser de tal ordem a não se poder transpor agilmente as críticas de uma para as demais. E, neste caso, será necessário reavaliar, inicialmente, em que consiste um método: quais os sentidos e a extensão que se pode e se deve atribuir a esse termo.

Um primeiro denominador comum a todas as definições pode ser encontrado no caráter de práxis, entendendo-se por método um conjunto de normas que o sujeito deve colocar-se ao construir, testar, validar e corroborar o seu conhecimento. Diferentemente da epistemologia, que busca definir a plataforma do conhecimento a ser alcançado, o método busca indicar como agir para alcançá-lo. Evidentemente esta práxis envolve, pelo menos, dois tipos de regras: por um lado, as que orientam a construção da ciência como discurso a nível da linguagem e do encadeamento conceitual. Neste caso, aceitamos a distinção clássica que diferencia este âmbito, denominando-o "metateoria". A nossa discussão sobre metodologia vai, portanto, estreitar-se para fazer convergir o sentido do método sobre o diálogo que o cientista se propõe travar com um segmento da realidade, por ele escolhido para atuar.

Uma análise detalhada deste tipo de conduta do cientista ajudará a entender alguns pontos essenciais da atual crise nas ciências humanas e, em particular, na psicologia.

Entre as diversas posturas que acirram hoje a celeuma dos métodos, há duas — opostas entre si — que nos parecem fundamentais. A mais veemente estabelece que não se pode adotar o método das ciências naturais em psicologia. A base epistemológica recuada desta crítica é, ainda e sempre, a velha dicotomia diltheiana de *Naturwissenschaft* e *Geisteswissenschaft*.

À medida que os fatos humanos e sociais não são subordinados a determinismos causais do tipo naturalístico, pouco adianta tentar "explicá-los" buscando leis universais que os produzem. Se esses fatos são produtos do "valor" atribuído a partir de uma "significação" que se torna, assim, a verdadeira razão de toda opção valorativa de um autor, só cabe tentar decifrá-la, ou

melhor, "compreendê-la". As "ciências do espírito" — ou seja, humano-sociais — teriam, portanto, objetivos completamente distintos, não lhes cabendo explicar, controlar e prever, e sim apenas "compreender" os acontecimentos de sua área. É uma perspectiva muito atraente, à primeira vista. No entanto, entre esta postura e a dos que negam a cientificidade da psicologia, o passo é extremamente breve, visto que, numa primeira aproximação ainda superficial — e incapaz, portanto, de levar em conta a contribuição da fenomenologia e da psicanálise — a valoração pessoal do autor da conduta esfuma-se facilmente na subjetividade aleatória do desejo. A psicologia tende a desaparecer em função de uma noção teórico-epistemológica que anula a possibilidade de um método — exceto o de hermenêutica, como interpretação, historicamente dirigida no sentido singular e histórico que cada autor afirma ou demonstra atribuir às suas vivências.

No pólo oposto situa-se a defesa do método pelos que tentam erguê-lo a escudo da própria validade da ciência. Haveria, neste caso, um "método científico", não exclusivo das ciências naturais e que, a rigor, não se deveria definir como físico por ser essencialmente lógico, ou seja, lógico-matemático e, portanto, em tese suscetível de ser reportado a uma construção da mente que não o derivaria dos "fatos" mas poderia aplicá-lo aos fatos.

A adoção do rigor positivista, neste caso — mesmo na atual vertente neo-positivista — estabelece, contudo, condições ainda altamente restritivas para a psicologia: nesta hipótese, não são mais as noções teóricas que vetam o uso de um método, mas, ao contrário, é o método que veta a adoção de noções incompatíveis com a observação. Elimina-se, assim, a possibilidade de formular uma psicologia mentalista e de situar a qualidade do "vivido", a experiência subjetiva — nela se incluindo qualquer forma de inconsciente — dentro de um referencial "científico".

É interessante observar que ambas as posturas desta antinomia no fundo consideram "o método" como uma unidade, isto é, como um único tipo de diálogo possível entre o cientista e seu objeto. É sempre um método "objetivo", no sentido do seu direcionamento para a conduta observável e de seu fundamento em enunciados protocolares comportamentistas (com evidente rejeição dos enunciados fenomenológico-introspectivos).

É evidente que o dilema da psicologia decorre de só poder se escudar nesses dois tipos de enunciados protocolares. De fato, seus dados empíricos primários provêm ou de uma conduta que se observa ou da informação que nos é trazida pelo outro ou por nós mesmos acerca do que é pensado, sentido ou pretendido e da respectiva captação de sentido. Mas o que se torna acentuadamente restritivo é o caráter dicotômico que por vezes se tenta estabelecer entre método objetivo — cujos protocolos decorrem de observações intersubjetivas e que representaria a atitude oficialmente "científica" — e métodos instrumentados por protocolos introspectivos, que por si visam não apenas alcançar significações subjetivas, mas também seus possíveis determinantes. Estes últimos passam a ser considerados, com certa "freqüência", como um resíduo da atitude pré-científica.

Há uma simplificação, em nosso entender, nessa aglutinação por não haver na realidade apenas dois métodos, devido a se admitirem apenas dois tipos de enunciados protocolares ou fontes últimas para obtenção dos dados primários.

É fundamental atentar para as leituras superpostas desses dados, uma vez que o mesmo dado permite alcançar segmentos bem diferenciados do real, se o considerarmos dentro de uma visão atualizada, em termos de informação e mensagem. O que é, no fundo, uma aplicação prática do princípio fenomenológico da captação da significação — ou *eidos* — que pode ser realizada a partir de qualquer dado ou fato da experiência, e envolve necessariamente a perspectiva de leituras paralelas e superpostas. A clássica teoria de Shannon e Weaver nos mostra, assim, como um impulso elétrico ritmado pode ser lido dentro de um primeiro código, como sinais de um alfabeto, dentro de um segundo, como frases de um discurso, para resultar finalmente numa mensagem que poderá ser cifrada de diversos modos, até superpostos.

Ocorre que o sentido da conduta de todos os seres — mesmo os subumanos — se nos apresenta como uma constante veiculação de mensagens imbricadas. Se a zoossemiótica tornou-se recentemente um campo indiscutível de análise do comportamento (Tavolga, 1974), é ao nível da conduta humana que essas superposições de códigos e linguagens, aptas a criar um vasto universo de mensagens, representam a plataforma para entender os aspectos superiores e significativos do comportamento.

A extensão e a densidade de sentidos que se entrelaçam nessa rede permitem definir um conjunto de segmentos informacionais da realidade humana que nos levariam de imediato a ultrapassar o simplismo de uma dualidade de atitudes, qual seja, a de uma conduta objetiva ("qualidade de objeto" observável como nas ciências naturais) e subjetiva ("qualidade do vivido").

Até mesmo a nível comportamentista, tornou-se claro que a significação da mensagem pode resultar num dado indiscutivelmente objetivo, que, contudo, transcende a "conduta observável". Seria ingênuo descrever — num exemplo extremo — um gesto de saudação como um movimento rotativo da mão ou do braço. A partir deste exemplo torna-se fácil entender o desdobramento de significações possíveis que a conduta humana encerra, permitindo, assim, para cada camada, definir um método capaz de isolar e atingir um determinado segmento dessa complexa realidade comportamental.

Mas antes de analisarmos essa variedade de perspectivas metodológicas, é importante registrar que as duas conceituações já discutidas — a da noção teórica e a do método prático —, transformadas em instrumentos para demarcar fronteiras do saber científico, correspondem basicamente ao "paradigma" da análise de T. S. Kuhn. Com este termo, por ele mais explicitado num simpósio de 1969 (Kuhn, 1977), aponta-se para uma dupla série de normas: de um lado, as que definem os problemas — "o corpo característico de crenças e concepções" — dignos de figurarem na lista dos que merecem a consideração do cientista (*disciplinary matrix*); e, de outro, as que demarcam, por meio de soluções típicas, os métodos aceitáveis para resolvê-los (*exemplars*). A cada momento da história e da cultura esses "paradigmas" poderiam deslocar-se, ampliar-se ou restringir-se. A possibilidade de expandir esse conceito através do direito "anarquista" proposto por Feyerabend é que nos parece fundamental para a coexistência de paradigmas aparentemente incompatíveis, mas que representam esforços e tentativas de levarem a indagação científica para rumos ainda inexplorados. Atitude esta que parece essencial ao desenvolvimento da

psicologia em face das divergências e da crise[1] que recentemente vem atravessando.

É óbvio que há uma inter-relação entre a atitude teórica e a postura metodológica. O que tentaremos defender aqui são as conseqüências dessa determinação recíproca. Freqüentemente condenam-se posições teóricas por não serem seus resultados suscetíveis de apreciação dentro de determinado método. O caso mais corriqueiro é a crítica à psicanálise cujos dados parecem inacessíveis ao crivo dos métodos experimentais ou "objetivos". Seria preciso, em primeiro lugar, avaliar qual o segmento do real que a psicanálise pretende indagar para se cogitar acerca da validade dos métodos que podem alcançá-lo.

Em breve, se cada método define um recorte da realidade, buscando isolar o sistema de relações e significações críticas que o caracterizam, também deverá determinar os meios pragmáticos para modificá-lo e conhecê-lo.

Em breve será através da coexistência dos "paradigmas", dentro do pluralismo "anarquista" proposto por Feyerabend, que as ciências humanas poderão multiplicar suas tentativas e abrir novos espaços ao saber. A própria análise histórica dessas tentativas, num retrospecto ao passado que dá sentido ao presente, mostra com absoluta clareza que a psicologia vem praticando há tempos esse salutar "anarquismo", e que sua marcha vem-se operando numa extensão crescente e proporcional a essa variedade de caminhos.

O que nos propomos aqui é reavaliar o sentido dessa diversificação dentro de uma perspectiva abrangente, inclusiva, mas não eclética. Buscaremos, sim, através de uma visão de síntese, captar o que cada método efetivamente tenta identificar, no espaço da conduta, seus determinantes e suas significações.

Ao longo da história da psicologia parece-nos poder destacar pelo menos 10 métodos dentro desta ótica.[2]

Os primeiros métodos desenvolvidos, numa tentativa de dar um *status* de cientificidade à psicologia, foram o psicofísico e o psicofisiológico. Num esforço marcante visava-se romper as barreiras impostas pelos vetos kantiano e comtiano. A idéia básica era descobrir alguma relação matemática e universal na atividade psíquica. A quantificação era concebida então como vestíbulo da cientificidade. À medida que se tornasse possível encontrar uma relação, unindo de modo sistemático as variáveis das propriedades do mundo observável com as correspondentes variações nas atividades da consciência, estaria definida a cientificidade da psicologia. A lei de Weber e Fechner representou, sem dúvida, a primeira e significativa afirmação nesse caminho, embora ainda imbuída de certo dualismo cartesiano e não isenta de certo misticismo.

[1] Sobre a natureza desta crise e para melhor compreensão dos conceitos aqui debatidos, ver um nosso artigo anterior: Seminério, F. L. P. A crise da psicologia contemporânea. *Arquivos Brasileiros de Psicologia,* Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 32(1):13-29, jan./mar. 1980.

[2] Realçamos mais uma vez que nossa análise tentará demarcar os métodos pelo tipo de significação que define o conteúdo de cada segmento de realidade pesquisado, e não pelos procedimentos do pesquisador. Isto torna secundária — neste estudo — uma série de categorias convencionais como a dos métodos "experimental", "empírico", "hipotético-dedutivo", que não são necessariamente incompatíveis com os métodos expostos a seguir. Esta mudança de ótica tem certa conexão com o alerta de Piaget (1947, p. 8), quando declara que os métodos hipotético-dedutivos nos reportam "a questões de lógica ou de epistemologia matemática", enquanto os experimentais nos levariam a problemas de epistemologia das ciências empíricas respectivas.

Pela interpretação dessa curva exponencial, chegou-se na época a supor uma relação entre variações materiais que deveriam crescer em ordem geométrica para promover ou acompanhar crescimentos aritméticos na atividade mental. Mas principalmente parecia assegurada a definição e mensuração de uma unidade subjetiva apta a afirmar a magnitude da sensação e, conseqüentemente, permitir a medição da mente. A publicação de *Elemente der Psychophysik*, do próprio Fechner (Leipzig, 1860), recentemente reeditada por Herrnstein e Boring (1971), retrata compactamente o sentido dessa conquista e encerra um programa de verificação que, ainda hoje, parece estar longe de ter-se esgotado. Basta pensar nos estudos de ilusões ótico-geométricas (dentro e fora da visão gestaltista e piagetiana) e nos recentes trabalhos de Stevens (1975). A fecundidade deste método consiste numa possibilidade permanentemente presente: a de captar relações entre o mundo dos fenômenos, tais como nos aparecem e como podem ser quantificadas por outros registros artificiais fora de nossos mecanismos mentais. Cremos ser esse um dos meios comparativos mais eficazes, ainda hoje, para poder indagar e discernir as "linguagens" de que a nossa atividade psíquica é dotada para "ler" a realidade, permitindo-nos, assim, aproximar-nos das fontes que nos levam a construir uma realidade que, sempre mais, aparece distinta e diferente da realidade "em si". É por este meio que, cada vez mais, podemos ultrapassar a ingenuidade de um realismo que outrora nos levaria a supor um mundo "externo" igual e paralelo ao que percebemos. É, portanto, um método que aproxima a pesquisa psicológica de sua fronteira francamente metafísica.

Bem próximo, neste mesmo objetivo, é o método psicofisiológico. Neste caso a relação não é mais entre os fenômenos do mundo físico e a atividade mental, mas entre esta e os processos de mediação e condução do organismo. Como é sabido, em 1838 o princípio de especificidade dos nervos de J. Müller levantou, a nível empírico, uma problemática de base francamente kantiana: se os nervos, como mediadores, constroem um tipo de informação que é deflagrada por estímulos externos, mas produzida pela natureza do sistema nervoso, é óbvio que tudo o que podemos conhecer depende basicamente de meios e modos pelos quais é veiculada. Ou seja, se a informação externa é reescrita na linguagem de nossos nervos (diríamos hoje: é codificada e decodificada numa linguagem biológica), então não temos qualquer acesso à natureza dessa informação primitiva que permanece autenticamente *númeno* no sentido kantiano da palavra. E o fato de hoje estar "superado" esse princípio na forma original de J. Müller não reduz o problema, visto que ele originou outro princípio ainda mais desafiador: a especificidade não se refere mais à energia dos nervos, e sim à especialização dos centros cerebrais. Os nervos transmitem todo tipo de informação através de uma corrente eletroquímica indiferenciada: a leitura diferenciada se opera no cérebro através da especificidade de seus centros que afasta, assim, mais um degrau, essa decodificação da fonte que a gerou.

Se aceitarmos uma imagem de B. Russell, pela qual entre o mundo e a nossa leitura haveria o mesmo isomorfismo e a mesma heterogeneidade que se verifica entre os sinais de uma partitura e a execução de uma sinfonia, perceberemos a importância da análise de todos os mecanismos de mediação que poderão conduzir-nos a uma maior aproximação, quer das fontes e quer — principal-

mente — do processo de construção desse universo de fenômenos que nos rodeia.

Este recorte do real que é representado por um vasto campo de mecanismos de leitura e ação exeqüíveis sobre o mundo constitui o cerne deste método, iniciado basicamente pelas pesquisas de E.H. Weber e, mais tarde, de H.L.F. Von Helmolz e que viria a encontrar, junto com os procedimentos do método psicofísico, um terreno fértil e fecundo no laboratório de W. Wundt. Ainda hoje este método apresenta vasta gama de investigações, não apenas ao nível da ciência básica mas, freqüentemente, no campo do diagnóstico psicológico. Uma larga faixa de instrumentos visando aferir o campo perceptual e psicomotor, sob o ângulo da atividade psíquica envolvida, constitui um terreno de grande utilidade prognóstica e preventiva, notadamente no âmbito psicopedagógico.

Ambos os métodos — o psicofísico e o psicofisiológico — visam identificar um ponto ideal, ou estatisticamente falando, uma tendência central, como magnitude precisa para definir a ocorrência de determinado fato psíquico. Quaisquer diferenças individuais frente a esse ponto são concebidas como desvio. Tal como no diagnóstico médico em que se define um ponto ideal para cada função fisiológica, frente ao qual cada indivíduo sempre revela algum desvio, estes métodos procuram estabelecer os padrões ideais dessas magnitudes que, implicitamente, admitem um nível universal para a natureza humana.

Em franca oposição a esta postura situa-se o método diferencial — cuja base epistemológica nos permite remontar a F. Galton — para o qual as medidas de tendência central têm apenas um sentido referencial, enquanto as medidas de dispersão representam a verdadeira magnitude do segmento investigado. É no fundo outra tentativa de responder aos vetos de Kant e de Comte; uma forma de quantificar fatos e fenômenos mentais a partir da distribuição classificatória de seus resultados.

É implícita nesta modalidade de quantificação a tentativa de avaliar diferenças interindividuais ou intra-individuais, bem como inter ou intragrupais a partir de um suposto potencial determinante. Em linguagem chomskiana — em que pese à veemente rejeição de Chomski por este método — diríamos que se busca avaliar uma diferenciação de competências a partir de uma distribuição de desempenhos.

Não cabe aqui penetrarmos na intricada rede potencial de avaliações superpostas que se impõem para alcançar a definição de fatores a nível de pesquisa básica e a aferição de aptidões no diagnóstico. O que se tornou realmente impressionante foi o desenvolvimento das técnicas psicométricas que este método gerou. Epistemologicamente estamos perante o mais sofisticado sistema de abstrações no âmbito da psicologia em que os processos de quantificação elevam-se da primeira ordem, de quantificação empírica, para uma segunda, uma terceira e outras subseqüentes, numa hierarquia que lembra de perto os processos correspondentes utilizados nas ciências físicas e astronômicas.

Os usos deste método têm, obviamente, um limite: não cabe utilizá-lo em processos que hipoteticamente possam assentar sobre os universais da natureza humana, tal como os procurados pelos métodos anteriores. Do mesmo modo não se aplica às pesquisas de Piaget (realizadas segundo o método evolutivo adiante discutido), o que torna estéreis as críticas que lhe foram movidas por não se servir de amostragens significativas. Da mesma forma que não caberia

recorrer a amostragens representativas da espécie humana a fim de se estudarem as funções básicas da fisiologia, analogamente os processos concebidos como universais do psiquismo não podem ser avaliados em termos de uma distribuição de variações. Estas, pelo contrário, tornam-se fundamentais para avaliar o crescimento de capacidades ou a ampliação da informação no âmbito da cultura. É, portanto, o método ideal para avaliações do rendimento pedagógico e profissional. Uma utilização equívoca pode freqüentemente ocorrer no diagnóstico diferencial visando colocar fronteiras entre o normal e o patológico. Embora essa variação seja contínua em qualquer população humana, todas as tentativas de fixar um ponto de corte qualitativo da normalidade, através deste método, têm-se revelado ingênuas.

A tentativa de construir um método objetivo respeitando o princípio básico do positivismo corresponde à formulação de um novo objeto para a psicologia que passa, assim, a ser definida como ciência do comportamento. O programa de J. B. Watson contido no artigo de 1913, Psychology as the behaviorist views it, representa essencialmente a exposição de um método que, obrigatoriamente, passa a delimitar o conteúdo da psicologia. Excluindo-se toda atividade da consciência e os processos mentais, resta, como dado irrefutável, o comportamento observável do organismo. Esta concepção, ampliada após 1916 pela leitura de Pavlov (através da obra de Bechterew), levaria a definir o movimento behaviorista como uma psicologia essencialmente naturalista. Considerando a atividade do organismo "como um todo" (e não apenas fisiologicamente, como um agregado de órgãos), a relação agora investigada é entre os estímulos que atingem o organismo e as respostas motoras e glandulares que lhe correspondem. Não há necessidade de "penetrar" mágica ou misticamente na "mente" ou na consciência (vistas como resquícios da "alma"): o conceito moderno de "caixa preta" e o de Bridgman de "operacionismo" parecem claramente antecipados pela proposta watsoniana de um método objetivo. A pesquisa científica e a intervenção psicológica respectiva podem e devem atuar a nível do que se observa nas entradas-estímulo e nas saídas-resposta do organismo: as regularidades — aptas a serem descritas como leis — não exigem qualquer inferência mentalista: tudo se processa dentro do preceito do velho Comte — descrever as regularidades observáveis. Este método resgata, assim, a possibilidade de fazer psicologia dentro de uma ótica rigorosamente positivista.

Em que pese a todas as críticas que lhe são freqüentemente movidas por sua posição restritiva, devemos ao advento desse método um novo padrão de rigor e crítica em todas as pesquisas posteriores — realizadas por este ou qualquer outro método. A observação sistematizada como técnica decorrente tornou-se uma rotina precisa e válida no âmbito da psicologia escolar e num vasto segmento da psicologia clínica. A análise experimental do comportamento é hoje um campo altamente especializado da psicologia.

Devemos ainda a este método o surgimento, numa etapa seguinte, do método "hipotético-dedutivo", seu natural prolongamento histórico. Para entendê-lo, duas observações são necessárias. Em primeiro lugar, o método objetivo pode ser utilizado de modo genuíno dentro de uma epistemologia behaviorista. Nesse caso os dados observados não são interpretados ou reportados a contextos teóricos explicativos de segunda ordem. As regularidades, obtidas e catalogadas, tornam-se as próprias leis do contexto teórico. A perspectiva skinneriana é a que se atém rigorosamente a essa postura do positi-

vismo clássico. No entanto, a contribuição do neopositivismo, como é sabido, valorizou o papel da "linguagem" na ciência uma vez que esta dirige, seletivamente, a observação. Assim, no binômio comtiano, "descrever o observável", o ato de "descrever" implica um vasto campo de significações lógicas e lingüísticas que predeterminam a observação. Em breve, esta é sempre guiada por hipóteses que não devem ser mantidas em estado de ambigüidade. Quem operou esta transição do positivismo para o neopositivismo, através de sua colocação neobehaviorista, foi Hull (1940). Assim, a teorização prévia passa a ser importante, sem se abandonar, todavia, a epistemologia comportamentista.

O neobehaviorismo não representou, contudo, um retorno ao mentalismo. Ao invés de "funções mentais", as variáveis devidas ao organismo passaram a ser concebidas como "intervenientes". No entanto, um avanço bem claro para a significação utilizada pelo autor da conduta ao dirigir seu comportamento aparece de modo inequívoco na contribuição de Tolman (1932).

Nesta modalidade, o método objetivo — hoje ainda largamente utilizado — tornou-se permeável a uma axiomatização teórica prévia, inspirada no modelo das ciências físicas, mas que ultrapassa, obviamente, a simples observação dos dados disponíveis.

Os quatro métodos já apreciados, para obtenção de seus protocolos, dependiam basicamente de enunciados comportamentistas visto que a observação da conduta torna-se a fonte última para a coleta dos dados. Alguma ressalva, no entanto, poderia ser feita quanto ao método psicofísico, que, como é sábido, de modo algum poderia ser confundido com o método objetivo e com o esquema S-R, visto que está em jogo uma atividade da percepção e da consciência, suscetível de ser testemunhada pelo autor desse comportamento. No entanto, o verdadeiro salto de escala ocorre entre esses métodos e o introspectivo.

A rigor, este método, em sua forma original e clássica, corresponde à utilização pura e simples dos enunciados protocolares de igual nome. Ou seja, a coleta de dados através do relato de qualquer conduta tal como pode ser explicitado por seu autor. Nessa visão, hoje plenamente ultrapassada, esperava-se alcançar por esta via o próprio mecanismo dos processos mentais. O primeiro alerta contra essa possibilidade já havia sido explicitado por Kant, que evidenciou não dispormos de qualquer tipo de intuição apta a captar o nosso psiquismo (ou "alma"). Mais tarde, a crítica de Comte evidenciaria que a tentativa de o espírito se contemplar introspectivamente é mera fantasia.

Obviamente, o método introspectivo, se for usado de modo ingênuo, poderá tornar-se o canal da imaginação, como já afirmava Comte. Mas tudo depende do próprio segmento do real que o pesquisador venha a definir em sua busca, por esse método. A esperança de outrora, de se alcançar pelo relato do sujeito o processo de sua atividade mental, evidentemente não faz sentido. Ninguém poderia chegar a conhecer por meio desse tipo de análise o que ocorre em seus processos psíquicos, da mesma forma que não chegaríamos a entender os nossos processos viscerais concentrando-nos sobre as percepções cenestésicas. Mas o relato do sujeito torna-se fundamental quando se dispõe de hipóteses alternativas para interpretá-lo. Aliás, até mesmo na física os fenômenos observados são interpretados à luz das hipóteses disponíveis visto que os dados últimos — essenciais e críticos — não se oferecem à observação direta.

No empenho de emprestar a este método um rigor de objetividade — ou pelo menos de intersubjetividade — destaca-se o esforço da *Denkpsychologie*

que não oferece, todavia, uma saída satisfatória para sua utilização como ferramenta de pesquisa ou de diagnóstico.

Como instrumento de diagnóstico, nem sempre é devidamente levado em conta o papel que coube a A. Binet, cujos instrumentos já embutem uma tentativa de tornar objetivas as informações veiculadas pela introspecção.

À medida que as respostas dos sujeitos, através de uma análise qualitativa e comparativa, permitam captar o tipo de processamento mental envolvido, estaremos alcançando, por um meio distinto, o que era o objetivo inicial do método. É claro que este caminho deveria também privilegiar o papel da teoria que o pesquisador precisa possuir para interpretar corretamente essas diferenças de processamento. No entanto, como é notório, a fragilidade teórica caracteriza a postura de Binet. Bem ao contrário, a posição de Piaget, levando avante essa tentativa, transformaria esse método num poderoso instrumento de pesquisa e de diagnóstico: é o método clínico, na feição específica que Piaget lhe atribuiu e cuja originalidade, como destacou Vinh-Bang (1966), é "a de ter adaptado este método a uma pesquisa de caráter experimental". Desta forma, o "método clínico" torna-se "método crítico" — na própria terminologia de Piaget (1947) — e alcança de modo explícito o objetivo ainda ambíguo em Binet: detectar e descrever pormenorizadamente o processamento mental que escapa, evidentemente, à compreensão do próprio sujeito, mas pode ser definida a partir do enquadramento teórico do pesquisador. Supera-se, assim, a maior falácia envolvida nas primeiras tentativas do método introspectivo que, ingenuamente, esperava do sujeito não apenas a reconstituição dos conteúdos, mas até mesmo do processo envolvido em sua atividade mental.

Obviamente, a aplicação do método introspectivo em termos "clínico-críticos" representa um correlato do método hipotético-dedutivo, em que pese as afirmações em contrário do próprio Piaget.

De fato, o cerne do método hipotético-dedutivo é a indagação dos fatos não de modo *naife*, mas através de uma significação predefinida. Um autêntico *eidos* no sentido husserliano que percorre toda a pesquisa. Ora, essa atitude pode ser aplicada quer a fatos comportamentais quer a informes introspectivos. O problema da formalização de hipóteses segundo certas regras metateóricas é irrelevante para o fundamento desta atitude. É importante ainda destacar que o próprio Piaget definiu um paralelo do método clínico aplicável às fases préverbais (período sensório-motor): o "método quase-experimental", que utiliza a observação objetiva do comportamento dentro de uma postura dirigida pela teoria que vem sendo corroborada. É desta forma, aliás, que procedeu à observação de seus próprios filhos. Assim, o que advém de protocolos comportamentais ou introspectivos pode ser enquadrado numa interpretação teórica comum. Em nosso entender, esta integração representa um marcante passo à frente, uma vez que a significação da teoria, em qualquer ciência, deveria sempre prevalecer sobre a fonte ou a natureza dos dados empíricos que lhe servem de ponte para a realidade.

Ainda dentro da renovação do método clínico, cabe assinalar a colocação de Granger (1960), para o qual este método é epistemologicamente distinto dos demais por atuar não sobre convergências e sim sobre desvios.

Também neste caso a posição teórica prévia é essencial para se poder sondar ou identificar essas direções idiográficas da conduta que se afastam divergentemente de algum núcleo normativo preconcebido.

A possibilidade de aplicar ao método "introspectivo" novas modalidades de sentido o desdobra numa ampla gama de métodos, dependendo apenas do tipo de hermenêutica utilizável que permite, assim, detectar um ou outro segmento da realidade psicológica. Três são, em nosso entender, fundamentais em psicologia: o método "histórico-existencial", o "profundo" e o "estrutural-holista".

Mas, antes de os avaliarmos, uma justificativa parece essencial: é a ausência em nosso elenco do método fenomenológico clássico. É uma ausência decorrente de sua onipresença. Todo este nosso ensaio representa uma tentativa de considerar, em cada método, um caminho peculiar para atingir um determinado *eidos,* e de lhe aplicar um tipo particular de "variações imaginárias". Mesmo quando elas não são explicitadas, como no método objetivo, que atenta às variações do comportamento observável, mas dentro de um padrão implicitamente esperado. Neste sentido, o método fenomenológico se afigura como a grande matriz capaz de restituir a unidade básica a este pluralismo de caminhos. Obviamente impõe-se uma extensão considerável dos objetivos iniciais desse método, mantendo sua infra-estrutura epistemológica, independentemente das diretrizes teóricas da fenomenologia. É o que, aliás, já tentamos afirmar em diversos momentos, ao longo deste trabalho.

O método histórico-existencial é a convergência da postura "existencial-fenomenológica" de Heidegger com a atitude compreensivista aplicável à *Erlebnis* de Dilthey. Trata-se de fato de captar como *eidos* uma significação existencial. Em termos de fenomenologia clássica, isto representaria uma inversão aberrante na relação essência-existência. No entanto, a partir da proposta heideggeriana, esta inversão tornou-se hoje corrente, o que permitiria até se chegar a definir este método como "existencial-fenomenológico".[3]

Apesar de não estar formalmente caracterizado ou tecnicamente definido, este é o método que vem sendo utilizado nas aplicações da chamada "terceira força", ou seja, a psicologia de base existencialista ou rogeriana.

O segmento que se busca captar é o sentido histórico da vivência e da existência tal como é percebido pelo autor da conduta. A técnica fundamental é a "hermenêutica" no sentido de Dilthey, ou seja, uma decifração que permita entender, tal como na história, o sentido que encadeia as vivências — estas sendo concebidas como a história da pessoa — a partir dos indicadores contidos no relato de cada um. Não se trata, obviamente, de reportá-la a leis ou categorias universais, mas visa-se reconstruir a *Weltansschauung* de cada um, o quadro histórico de sentido, tal como é vivido e percebido pelo próprio sujeito.

A tentativa de reportar essa variedade subjetiva, captada através de uma hermenêutica compreensivista, a um contexto explicativo representa o passo decisivo para a utilização de outro método, o método "profundo". Apesar das críticas ao termo *Tiefenpsychologie,* de Freud, consideramos metodologicamente válido o termo pelos próprios passos e pelos objetivos que envolve.

[3] Talvez este método não se enquadre plenamente para fins aplicativos ao que propõe Luypen (1967, p. 292), cuja concepção de "fenomenologia existencial" reporta o problema do "ser-no-mundo" não tanto à sua história subjetiva quanto a certas categorias fenomenológicas, como do conhecimento da intersubjetividade (que engloba a coexistência, o amor, o ódio) e da liberdade, entre outras. A história, ainda assim aparece porque "o homem é a execução do projeto que ele é".

De fato, à medida que se busque ultrapassar a variedade ilimitada dos fatos e das significações percebidas conscientemente por qualquer autor da conduta, surge a pergunta se atrás dessa variação periférica que aparece como uma anárquica emergência de resultados não poderia haver um determinismo latente, não consciente, mas capaz de reportar essa multiplicidade aparente de sentidos a um limitado conjunto de leis e princípios universais. É óbvio que nesta postura Freud e o movimento psicanalítico reportam o dado idiográfico a uma leitura nomotética e passam a utilizar a perspectiva compreensivista como a captação do dado primário que oculta uma realidade sujeita à explicação.

Tal método, em nosso entender, poderia ser efetivamente concebido como "profundo" por se pautar numa hermenêutica não mais de primeiro grau, como ocorria no método anterior, mas de segundo grau, visando conhecer o que o autor da conduta não chega a conhecer no âmbito de suas reais significações e motivos.

É patente que se o método histórico-existencial já oferece alguma dificuldade quanto à validade da "decifração" praticada por uma hermenêutica sujeita ao viés da distorção de quem a efetua, a tentativa de passar para uma hermenêutica de segunda ordem redobra essa dificuldade, principalmente por caracterizar-se um retorno à psicologia das "abstrações" outrora já criticada, principalmente por Politzer.

A aceitação ou rejeição desta possibilidade metodológica não pode, por enquanto, ser corroborada claramente como uma perspectiva empiricamente válida. A aceitação dessa perspectiva representa, portanto, ainda, uma posição pessoal equiparável à de muitos que aceitam a cientificidade desta tentativa, em que pese a todas as incertezas ainda hoje existentes. É uma aceitação que se funda numa imensa escala de dados clínicos e de fatos encontradiços no dia-a-dia de uma "psicopatologia da vida cotidiana".

A aplicação prática deste método tem-se revelado muito mais eficaz nas intervenções terapêuticas do que no diagnóstico.

A lógica subjetiva do sonho, da fantasia e do desejo, tal como formulada originariamente por Freud (1974), em 1900 e em 1914, tem representado o fio condutor privilegiado para perseguir essa dinâmica inerente à trajetória latente na conduta do sujeito. E as associações, livres do controle da consciência, ainda continuam sendo a técnica fundamental, qualquer que seja o instrumento disponível — entrevista, testes projetivos ou análise do discurso — através da cadeia dos seus significantes.

A importância de se conseguir com o tempo uma redução da incerteza ainda imperante na utilização deste método talvez possa, um dia, descortinar um acesso aos determinantes superiores e essenciais da conduta humana.[4]

A decorrência desta expectativa nos leva a aceitar a validade da tentativa de todas as incursões que através deste método vêm sendo buscadas nas distintas áreas da psicologia individual e social: na educação, nas organizações, nas instituições e na própria comunidade, sem excluirmos a compreensão da vertente individual da elaboração ideológica.

[4] Evidentemente, duas posições são aqui implícitas: a aceitação do irracionalismo (psicológico mas não epistemológico) como constitutivo da estrutura psíquica humana e a rejeição da dicotomia que tenta separar psicologia e psicanálise.

Esta referência à ideologia nos leva necessariamente à perspectiva de Althusser (1979), que a concebe não como uma distorção e sim como uma representação da relação imaginária de cada um "com suas reais condições de existência".

Tal proposição e a perspectiva do determinismo estrutural por ele atribuído à ideologia nos leva a postular, em psicologia, a utilização de um método estrutural-holista apto a dirigir a investigação na busca desses determinismos, constitutivos das significações existenciais. É obviamente uma fronteira entre a psicologia e a sociologia quando considerado exclusivamente sob este ângulo. No entanto, cremos também que a possibilidade de identificar determinismos estruturais não se refere necessariamente apenas à ideologia: há uma série de estruturas com seus mitos e ritos em que cada um se acha inserido: desde a família (cuja indagação é até certo ponto também uma ampliação do método profundo) até os diversos grupos, sistemas axiológicos particulares, crenças e convicções, relações de trabalho e até mesmo estruturas de relações intrapsíquicas capazes de dirigir a conduta.

Finalmente, os dois últimos métodos aqui apontados nos reportam claramente a uma superposição dos enunciados protocolares comportamentistas e introspectivos. Trata-se do método genético-evolutivo e do método social. O primeiro é epistemologicamente um correlato do histórico-existencial. Enquanto este visa identificar o encadeamento diacrônico das significações pessoais e idiográficas que direcionam a conduta de cada um, subjetivamente, através do método genético-evolutivo visa-se captar o conjunto de leis e princípios que conferem a esse encadeamento características universais. É a tentativa de se entender nomoteticamente e não mais idiograficamente essa diacronia.

Obviamente, a formulação deste método assenta na aceitação preliminar dessas regularidades, que permitem, em princípio, pelo menos três plataformas epistemológicas: a do inatismo — e, neste caso, o método visa essencialmente definir passos maturacionais iniciais e o subseqüente declínio; a do construtivismo — e, nesse aspecto, só a epistemologia genética de Piaget nos oferece uma base teórica precisa e acabada apontando a lógica intrínseca à equilibração das estruturas que se seguem e cuja sucessão é, então, o próprio alvo do método (na prática sempre combinado com o método "clínico-crítico" exposto anteriormente); e a da aprendizagem, o que no fundo acaba reportando à dinâmica social essas seqüências e reduzindo o peso intrínseco deste método.

É comum se distinguirem as duas vertentes clássicas deste método: a *transversal* e a *longitudinal*. Pela primeira, evidentemente, identificam-se estados ou patamares sucessivos como posições ou etapas alcançadas pelos indivíduos e principalmente pelos grupos. A aplicação longitudinal do método requer, em geral, uma investigação mais singularizada a nível de estudo de casos, capaz de identificar não tanto os patamares sucessivos quanto o processo de transição de um para o outro.

Finalmente, cabe ao método social a tentativa de isolar mais um segmento fundamental para a determinação da conduta humana.

Trata-se de identificar e pesquisar — a nível de teoria e de diagnóstico — aspectos universais constitutivos do relacionamento interpessoal. É nestas últimas décadas que este campo vem-se expandindo em várias direções, ainda marcadas por algumas incertezas. Entre outras a tentativa de se definir um espaço preciso frente à sociologia (notadamente à microssociologia) e a de se

delinear o que se pode originar do indivíduo ou da sociedade — recolocando-se iterativamente, em bases renovadas, a velha discussão do alvorecer deste século, Durkheim-Tarde — ou de uma dinâmica interativa.

Epistemologicamente poderíamos ver neste método um correlato do estrutural-holista. O método social visaria de fato captar os aspectos realmente universais, meta-históricos e transideológicos do relacionamento interpessoal, à guisa de uma sintaxe, pano de fundo para qualquer tipo de estruturação das significações sócio-culturais, que influem na determinação da conduta.

Os clássicos conceitos de liderança, percepção social, equilíbrio, consonância, atribuição, modelação, reactância e outros, que formam hoje um repertório clássico das investigações surgidas a partir deste método, ainda parecem estar longe de esgotar o vasto campo de possibilidades, talvez inexploradas, que este método poderá expandir, mormente à medida que a reformulação dos objetivos teóricos da psicologia social avance no atual sentido de criticar suas próprias diretrizes frente às exigências reais da sociedade humana.

Para concluirmos, duas considerações. O que este breve artigo se propõe, inicialmente, não é a abertura de novos caminhos na psicologia. O que se visa é registrar, através da análise dos rumos existentes, a multiplicidade de caminhos de que a psicologia atual dispõe. A tentativa de indagar as diretrizes teóricas através de seus métodos parece-nos um meio eficaz para delinear melhor seus objetos através de uma definição mais clara de cada segmento da realidade psicológica que vem sendo investigada. Talvez já estejamos no momento perante um desdobramento da psicologia como ciência, talvez esteja surgindo uma nova *episteme,* como preconizou Foucault (1969), um feixe de novos saberes capazes de substituir o que hoje denominamos psicologia.

Só o porvir poderá responder claramente a esta importante indagação. Em nosso entender, há na investigação psicológica, quaisquer que sejam os segmentos do determinismo do comportamento — conscientes ou inconscientes, racionais ou irracionais, sociais ou individuais — uma unidade fundamental que confere a esta ciência uma diretriz unitária, capaz de convergir essa multiplicidade de processos, na conduta humana, entendida não apenas como uma exterioridade observável, mas captada como integração e síntese do fluxo e do sentido da existência.

Abstract

Discusses the sense of the main methods useful or utilizable in Psychology. A brief appraisal is presented about methods in Psychology and human sciences, under the *anarchyc* perspective of Feyerabend and post-critical period that followed the views of Popper and Kuhn. Ten methods are discussed: the psychophysic, the psycho-phisiological, the differential, the objective, the introspective, the historic-existential, the deep, the structural-holistic, the genetic-evolutive and the social. Each method is analysed as a bunch of rules directing the praxis of the scientist, aiming to isolate a certain segment of the real. The author also searches to estimate the interaction between method and theory. A phenomenological approach allows to visualise each method as a piece of specific *eidos* of reality, anticipating in each case the type of imaginary variations to be foreseen.

Referências bibliográficas

Althusser, L. *A favor de Marx*. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar. 1979.
Fechner. Elemente der Psychophysik. In: Herrnstein, R. J. & Boring, E. G., ed. *Textos básicos de história da psicologia*. São Paulo, Herder, 1971.
Feyerabend, P. *Contra o método*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
Foucault, M. *Les mots et les choses*. Paris, Gallimard, 1969.
Freud, S. *Edição standard brasileira das obras completas*. Rio de Janeiro, Imago, 1974*a*. v. 6, *A interpretação dos sonhos*.
———. *Edição standard brasileira das obras completas*. Rio de Janeiro, Imago, 1974*b*. v. 14, *Metapsicologia*.
Granger, G. G. *Pensée formelle et sciences de l'homme*. Paris, Montaigne, 1960.
Hull, C.L. et alii. *Mathematico-deductive theory of rote learning*. New Haven, Yale University Press, 1940.
Kuhn, Thomas S. Seconde thoughts on paradigms in *Suppes:* the structures of scientific theories. University of Illinois Press, 1977. Apud Piaget, J. & Garcia, K. *Psicogenesis e historia de la ciência*. México, Siglo Veintiuno, 1982.
———. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatrix Vianna Bocira e Nelson Boeira. São Paulo, Perspectiva, 1982. 257p. (Coleção Debates — Ciência).
Lakatos, I. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1979.
Luypen, W. *Fenomenologia existencial*. Buenos Aires/México, C. Lohlé, 1967.
Muller, J. As energias específicas dos nervos. In: Herrnstein, R. J. & Boring, E. G., ed. *Textos básicos de história da psicologia*. São Paulo, Herder, 1971.
Piaget, J. *Le jugement et le raisonnement chez l'enfant*. Neuchâtel, Delachaux & Niestlé, 1947.
———. L'épistemologie et ses varietés. In: *Logique et connaissance scientifique*. Paris, Gallimard, 1967.
Popper, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1975.
———. *Conjeturas e refutações*: o desenvolvimento do conhecimento científico. Brasília, Universidade de Brasília, 1982.
Seminério, F. L. P. A crise da psicologia contemporânea. *Arquivos Brasileiros de Psicologia,* Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 32(1):13-29, jan./mar. 1980.
Stevens, S. S. In: Stevens, G., ed. *Psychophysics*: introduction to its perceptual, neural and social prospects. New York, Wiley, 1975.
Tavolga, W. N. Application of the concept of levels of organization to the study of animal communication. In: Krames, L.; Pliner, P. & Alloway T., ed. *Non-verbal communication*. New York, Plenum, p. 51-76. Apud Sebeok, T. A. Chronique des preventions. In: André, Helbo, ed. *Le champ sémiologique*. Bruxelles, Complexe, 1979.
Tolman, E. C. *Purposive behavior in animals and men*. New York, Appleton/Century Croffs, 1932.
Vinh-Bang. La méthode clinique et la recherche en psychologie de l'enfant. In: *Psychologie et épistémologie génétiques*. Paris, Dunod, 1966.
Watson, J. B. Psychology as the behaviorist views it. In: Herrnstein, R. J. & Boring, E. G., ed. *Textos básicos de história da psicologia*. São Paulo, Herder, 1971.

